

Brasileiros foram algemados e agredidos

Itamaraty vai cobrar de Trump 'tratamento degradante' em avião

Arquivo pessoal/Reprodução UOL

Lula ordenou de imediato que deportados fossem tratados com dignidade

O Ministério das Relações Exteriores protestou no sábado (25) contra o desrespeito e as agressões impostas aos brasileiros deportados pelo governo americano e informou que pedirá explicações ao governo dos EUA sobre estes fatos "degradantes". Os brasileiros

foram algemados e acorrentados num voo que chegou na sexta (24) a Manaus, Amazonas. Avisado da situação pelo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, o presidente Lula ordenou a imediata libertação dos brasileiros e o uso de avião da FAB para a continuação do voo até BH. **Pág. 3**



HORA DO POVO
ANO XXXV - Nº 3.986 29 de Janeiro a 4 de Fevereiro de 2025



Divulgação



"Ainda Estou Aqui" ganha três indicações ao Oscar e vence Sattelite Awards

A atriz Fernanda Torres foi novamente premiada por sua atuação no filme "Ainda Estou Aqui", dirigido por Walter Salles. No domingo (26), ela ganhou a premiação de melhor atriz de drama do Satellite Awards, entregue pela Associação de Jornalistas de entretenimento. O filme foi indicado ainda em três categorias do Oscar, o principal prêmio do cinema dos EUA. **Página 4**

CNI defende pacto nacional por "novo ciclo de expansão"

AFP



Repressão trumpista se volta especialmente contra os latinos que tentaram melhor sorte no decadente EUA

Trump solta traficante de cocaína e manda prender imigrantes em massa

O presidente dos EUA, Donald Trump, concedeu na terça-feira (21) perdão presidencial para Ross Ulbricht, criador do site de venda de drogas Silk Road na Dark Web, que tinha sido conde-

nado à prisão perpétua em 2015. Na época da prisão em 2013, procuradores dos EUA afirmaram que o Silk Road foi usado por mais de 100 mil pessoas e movimentou US\$ 214 milhões em vendas

de drogas por meio da criptomoeda bitcoin, segundo a Reuters. Ao mesmo tempo em que fica comovido com o mega traficante, Trump ordenou uma perseguição em massa aos imigrantes,

com prisões de casa em casa em Chicago, deportações de forma degradante e violenta, como fizeram com os brasileiros, e erguimento de muro na fronteira com o México. **Página 7**

Em entrevista ao HP, Ricardo Alban, presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), detalhou sua proposta de pacto nacional: "Precisamos nos unir em esforço conjunto por um novo ciclo de expansão 'inclusiva e duradoura'". "Isso passa, necessariamente, pela união de forças de todos os setores econômicos, das entidades que representam os trabalhadores, da sociedade civil organizada". Para Alban "esse pacto deve ser guiado por uma visão de país, sempre olhando para o futuro". **Página 2**

'Bananinha' e a 'Carolinha' eram os mais afoitos por golpe, diz Cid

Novos detalhes do depoimento de Mauro Cid mostram que os dois eram empenhadíssimos em que o 'mito' desse a ordem para que se fechasse Congresso, STF e que se "eliminassem" os adversários políticos. **Pág. 3**

Milei fez argentino ter pior consumo de carne em 100 anos

Argentinos despencaram de consumo anual por pessoa de 84 quilos (1954) para 47,7 kg per capita, no ano passado. **P. 6**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Kliass: "O que esperar de Galípolo e Haddad em 2025?"

Pág. 2



Luara Baggi/MCTI

Ministra de C&T e presidente do PCdoB Luciana Santos denuncia crime de Trump por colocar Cuba em "lista arbitrária"

A ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação do governo Lula, a ex-governadora Luciana Santos, presidente nacional do PCdoB, condenou na quinta-feira (23), através de suas redes sociais, a decisão do governo Trump de voltar a incluir Cuba na condição de país apoiador do terrorismo.

"Sob o comando do presidente Donald Trump, os EUA voltaram a incluir Cuba na lista arbitrária de países que supostamente apoiam o terrorismo. É uma medida cruel que atenta contra o direito internacional e reforça um arcabouço de sanções graves e injustas, como o embargo econômico", denunciou a ministra.

"Cuba é um exemplo de solidariedade com o mundo. Merece respeito para que possa se desenvolver com paz e qualidade de vida para seu povo", acrescentou a ministra Luciana Santos, enfatizando que "Cuba vencerá" as ameaças de Trump.

Tanto a demagogia de Biden, que resolveu retirar Cuba desta condição inventada pela própria Casa Branca uma semana antes de deixar o poder, quanto a volta da provocação por parte de Donald Trump são inaceitáveis. A ministra tem razão. O que os EUA pretende com isso é manter sanções criminosas e sufocar a população cubana. É necessária uma ampla unidade no mundo todo para derrotar essa arrogância de um país em franca decadência econômica e moral. Os maiores promotores do terrorismo no mundo é o Pentágono e a Cia.

Não tem moral nenhuma para falar sobre isso e para acusar os outros países de promotores de terrorismo quando ele próprio, Donald Trump, bravateia que pretende expandir seu território ou, quem sabe, aumentar o "espaço vital" americano.

Não há cabimento em sancionar Cuba ao mesmo tempo que o governo dos EUA ameaça abertamente o mundo inteiro com violência, agressão e invasões. Foi exatamente isso o que ele fez concretamente ao ameaçar o Panamá, o México, o Canadá e a Groenlândia.

Brasil cobrará de Trump as agressões contra brasileiros



Reprodução

Brasileiros foram espancados pelos agentes no avião em que foram deportados 'Bananinha' e 'carolinha' eram os mais afoitos pelo golpe, revela Mauro Cid

Detalhes do depoimento do ex-ajudante de ordem de Bolsonaro, tenente-coronel Mauri Cid, revelados nos últimos dias, dão conta de que Eduardo Bolsonaro (conhecido por 'bananinha') fazia parte do grupo mais radical na defesa do golpe. Até aí não há novidade, afinal, o puxa-saco de Trump foi quem disse, em 2018, que só precisava de um jipe e dois soldados para dar um golpe e prender membros do Supremo Tribunal Federal (STF).

O mais curioso no depoimento de Mauro Cid, segundo relato do jornalista Elio Gaspari, é o comportamento da falsa carolinha e

primeira-dama Michelle Bolsonaro. Com aquela carinha de sonsa, ela era, na verdade, segundo o ajudante de ordem, uma das mais radicais defensoras do golpe de Estado. Em áudio obtido pela PF, Mauro Cid relata conversa com Bolsonaro sobre golpe e desmente o "mito" que negava saber da trama.

Segundo o depoimento, a ala mais golpista entre auxiliares de Bolsonaro, de acordo com Cid, também era composta pelo General Mário Fernandes, secretário executivo do general Luiz Eduardo Ramos; Onix Lorenzoni, ministro da Secretaria-Geral da Presidência no governo Bolsonaro; Jorge

Seif, senador; Gilson Machado, ministro do Turismo e Magno Malta, senador.

Essas novas revelações não retiram a importância do papel jogado pelos coordenadores do golpe que estavam ainda mais próximos do governo, como o general Braga Neto e o general Augusto Heleno, por exemplo. Cid afirmou à Polícia Federal que três assessores presidenciais utilizavam a estrutura do governo, em uma sala do Palácio do Planalto, para produzir parte do conteúdo que o então presidente difundia para seus contatos e nas redes sociais.

(*Ver depoimento na íntegra em www.horadopovo.com.br*)

Lula e a presidente do México querem "relações produtivas" entre os países do continente

O presidente Lula e a presidente do México, Claudia Sheinbaum, conversaram por telefone, na quinta-feira (23), e reafirmaram "o propósito de cultivar relações produtivas com todos os países das Américas" e manter canais de comunicação. Lula convidou Claudia para visitar o Brasil.

O presidente contou em suas redes sociais que os dois governos querem ter relações produtivas inclusive com "a nova administração dos Estados Unidos, a fim de manter a paz, fortalecer a democracia e promover o desenvolvimento da região".

"No telefonema, também conversamos sobre a importância do fortalecimento de foros como a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)".

O convite para que Claudia Sheinbaum venha ao Brasil ocorreu em uma reunião com o ministro das Relações Exteriores e a Polícia Federal, a chegada de 88 brasileiros que foram deportados pelo governo de Donald Trump.

Os brasileiros, junto com mais 70 pessoas de outras nacionalidades, vieram algemados e acorrentados no voo que pousou em Manaus (AM). O avião seguiria até Belo Horizonte, mas o governo brasileiro utilizou aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) e libertou as pessoas que estavam algemadas.

Ricardo Lewandowski, que foi ministro do Supremo, informou o presidente Lula do "flagrante desrespeito aos direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros".

com o intuito de "dar-lhes impulso adicional ao excelente momento do relacionamento bilateral entre nossos países".

Claudia agradeceu publicamente Lula pelo telefonema. "Fortaleceremos as relações culturais e educacionais com a república irmã do Brasil", escreveu.

A conversa entre os dois ocorreu em um momento marcado pela posse do novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e sua política de agressão aos outros países.

Em sua posse, na segunda-feira (20), Trump disse que vai impor uma taxa de 25% sobre produtos vindos do México e do Canadá, países com os quais os EUA fazem fronteira.

Além disso, Donald Trump promete realizar uma deportação em massa de imigrantes ilegais. O presidente assinou um decreto que

cassa o direito à cidadania por nascença para filhos de estrangeiros, mas a ordem foi suspensa pela Justiça.

Trump deu ordens para impedir a entrada de imigrantes pela fronteira com o México e anunciou o envio de mais 1.500 soldados para a região, que se somarão aos outros 2.500 que já atuam lá.

Claudia Sheinbaum reafirmou a autonomia e soberania do México e respondeu aos atos de Donald Trump.

"O povo do México pode ter certeza de que nós sempre vamos defender a nossa soberania e a nossa independência. Em segundo lugar, nós sempre vamos apoiar os mexicanos e mexicanas que estão nos Estados Unidos. Esses são princípios fundamentais. E, em terceiro lugar, nós atuamos de acordo com os nossos princípios e com as nossas leis", disse.

Em resposta, Gentili escreveu: "Por que você não dá o cu pros Estados Unidos?".

"Por que você só sabe puxar saco do americano que te barrou na festa dele?", questionou Gentili.

O deputado Eduardo Bolsonaro viajou para os Estados Unidos para, supostamente, acompanhar a posse de Donald Trump. Ele, porém, só tinha o convite para um jantar anterior à posse e assistiu ao evento principal pela televisão. Ou melhor, ficou na neve.

Em suas redes sociais, Eduardo disse que o governo Lula deveria se alinhar aos "interesses americanos" para evitar que o Brasil sofra sanções. Ele ainda endossou a fala de Trump de que o Brasil precisa dos Estados Unidos, mas os Estados Unidos não precisam do Brasil.

Danilo Gentili então provocou, "Tá escrito Eduardo USA ou Eduardo SP no seu @?", se referindo à conta usada pelo deputado por São Paulo nas redes sociais.

Itamaraty protestou contra o desrespeito e as agressões impostas aos brasileiros deportados e informou que exigirá explicações aos EUA sobre esses fatos "degradantes".

O Ministério das Relações Exteriores protestou no sábado (25) contra o desrespeito e as agressões impostas aos brasileiros deportados pelo governo americano e informou que pedirá explicações ao governo dos Estados Unidos sobre estes fatos "degradantes". Os brasileiros foram algemados e acorrentados num voo que chegou nesta sexta (24) a Manaus, Amazonas.

"O Ministro Mauro Vieira reuniu-se na noite de sábado (25) em Manaus com o delegado Sávio Pinzón, superintendente interino da Polícia Federal no Amazonas, e com o major-brigadeiro Ramiro Pinheiro, comandante do 7º Comando Aéreo Regional. Na reunião, foi efetuado relato detalhado sobre os incidentes no aeroporto Eduardo Gomes envolvendo cidadãos brasileiros transportados em voo de deportação do governo norte-americano.

Leia a íntegra do que disse o Itamaraty:

"O Ministro Mauro Vieira reuniu-se esta noite em Manaus com o delegado Sávio Pinzón, superintendente interino da Polícia Federal no Amazonas, e com o major-brigadeiro Ramiro Pinheiro, comandante do 7º Comando Aéreo Regional.

Na reunião, foi efetuado relato detalhado sobre os incidentes no aeroporto Eduardo Gomes envolvendo cidadãos brasileiros transportados em voo de deportação do governo norte-americano.

A reunião subsidiará pedido de explicações ao governo norte-americano sobre o tratamento degradante dispensado aos passageiros no voo."

Segundo o Ministério da Justiça, após o pouso da aeronave americana em Manaus, o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Passos Rodrigues, informou ao ministro Ricardo Lewandowski que os brasileiros haviam sido algemados pelas autoridades dos Estados Unidos. Diante disso, Lewandowski informou ao presidente Lula Inácio Lula da Silva o que estava acontecendo e imediatamente foi dada a ordem para que eles fossem libertados.

A Polícia Federal (PF) também divulgou nota sobre o episódio. "Os brasileiros que

Gentili chama Eduardo Bolsonaro de "puxa-saco de americano"

O apresentador e comediante Danilo Gentili discutiu, através das redes sociais, com Carlos e Eduardo Bolsonaro, apontando que a família puxa o saco do atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e que Jair Bolsonaro "está interessado apenas que a sua família de vagabundos esteja no poder".

Eduardo Bolsonaro fez uma publicação enaltecendo os Estados Unidos, chamando-o de "aquele aluno exemplar da escola", e criticando o Brasil, considerando o país um "aluno problemático".

Em resposta, Gentili escreveu: "Por que você não dá o cu pros Estados Unidos?".

"Por que você só sabe puxar saco do americano que te barrou na festa dele?", questionou Gentili.

O deputado Eduardo Bolsonaro viajou para os Estados Unidos para, supostamente, acompanhar a posse de Donald Trump. Ele, porém, só tinha o convite para um jantar anterior à posse e assistiu ao evento principal pela televisão. Ou melhor, ficou na neve.

Em suas redes sociais, Eduardo disse que o governo Lula deveria se alinhar aos "interesses americanos" para evitar que o Brasil sofra sanções. Ele ainda endossou a fala de Trump de que o Brasil precisa dos Estados Unidos, mas os Estados Unidos não precisam do Brasil.

Danilo Gentili então provocou, "Tá escrito Eduardo USA ou Eduardo SP no seu @?", se referindo à conta usada pelo deputado por São Paulo nas redes sociais.

chegaram algemados foram recebidos e imediatamente liberados das algemas pela Polícia Federal, na garantia da soberania brasileira em território nacional e dos protocolos de segurança em nosso país", disse a PF. O comandante da Aeronáutica, que liberou a aeronave para completar o voo até Confins, afirmou que, com as "mãos livres", os brasileiros conseguirão trabalho no Brasil.

A ministra dos Direitos Humanos, Macaé Evaristo, esteve no aeroporto e se solidarizou, em nome do governo Lula, com os deportados diante do desrespeito aos direitos humanos. "O nosso posicionamento é que os países podem ter suas políticas migratórias, mas nunca podemos desrespeitar os direitos humanos", denunciou. Ela também acolheu os brasileiros e disse "Bem vindos de volta ao Brasil".

O entendimento do governo brasileiro é de que houve uma violação dos acordos entre os dois países. A crise com o Brasil ocorre no mesmo dia em que o governo dos EUA reconheceu que não foi autorizado pelo México para enviar um avião com imigrantes que seriam deportados. Membros do governo brasileiro avaliam não autorizar novos voos com deportados, caso condições mínimas não sejam asseguradas aos imigrantes que retornam ao país.

Uma aeronave com 158 passageiros de várias nacionalidades, sendo 88 brasileiros, teve o pouso inicialmente previsto para o Aeroporto Internacional de Confins, em Belo Horizonte. No entanto, a tripulação fez uma aterrissagem no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, em Manaus, para reabastecimento. Problemas técnicos impediram a continuidade do trajeto, e, por ordem do presidente Lula Inácio Lula da Silva, a Força Aérea Brasileira (FAB) realizou o transporte dos deportados até Minas Gerais.

Em entrevista à CNN, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) elogiou a política de deportação em massa adotada pelo presidente dos Estados Unidos Donald Trump. Ele [Trump] está fazendo a coisa certa", afirmou Bolsonaro. Ele declarou ainda que se estivesse "no lugar dele, faria o mesmo". A afirmação foi feita em uma entrevista concedida à rede CNN na quinta-feira (23).

USA do que de SP, o Estado que te elegeu. Para de gastar nossa grana em festinha nos USA e vai trabalhar, seu cabeça de Ozempic. Vagabundo do caraiou", criticou Gentili.

Danilo Gentili apoiou Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, sendo um grande entusiasta do então candidato. Mas no meio da gestão o apresentador se distanciou do presidente e começou a criticar suas práticas.

Em outra publicação feita por Gentili apontando a hipocrisia de Jair Bolsonaro, o vereador do Rio de Janeiro, Carlos Bolsonaro, tentou defender a família.

Segundo Carlos, Danilo Gentili mudou com o tempo e agora "qualquer um de bom senso sabe qual seu propósito nesse enredo todo há muito tempo".

O apresentador respondeu que "talvez seja o fato de você ser um filho da puta, cínico e covarde que se esconde atrás desse monte de fake. Vai você e sua família de mentirosos e traidores pra puta que pariu, seu merda".

Em outra publicação, compartilhando uma entrevista na qual Jair Bolsonaro diz que somente ele, sua esposa, Michelle Bolsonaro, ou seu filho, Flávio Bolsonaro, seriam bons candidatos para a direita em 2026, Danilo afirmou que Jair "não está interessado que exista direita".

"O seu projeto é para a sua família e não para o Brasil. Esse deputadinho do 2º escalão que foi eleito surfando na onda dos outros está interessado apenas que a sua família de vagabundos esteja no poder para continuar mamando eternamente, afinal são todos vagabundos e nunca trabalharam na vida".

Big techs fogem da audiência pública programada na AGU

Nenhuma das big techs convidadas, como Google, Meta, X (antigo Twitter), Discord, LinkedIn, Kwai e TikTok, enviou representantes para a audiência pública organizada pela Advocacia-Geral da União (AGU) para discutir as políticas de segurança e moderação e conteúdo nas redes sociais.

O advogado-geral da União, Jorge Messias, abriu o evento informando que "as plataformas preferiram não participar", mas que "o governo vai continuar dialo-

gando com todas as plataformas. As portas da AGU estarão sempre abertas".

A audiência pública foi convocada pelo órgão depois do anúncio da Meta, controladora do Facebook, Instagram e WhatsApp, de mudança na política de verificação de fake news.

Questionada pela AGU, a Meta disse que a mudança vai acontecer primeiro nos Estados Unidos, mas que a empresa pretende trazer para o Brasil o modelo que facilita a disseminação de fake news.

EUA violou tratados, Constituição e súmula do Supremo ao algemar brasileiros, afirma Lewandowski

O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, afirmou que os Estados Unidos agiram de forma ilegal, desrespeitando tratados internacionais e a Constituição Brasileira, ao manter acorrentados os brasileiros que foram deportados.

"Cidadãos brasileiros contra os quais nada pesava criminalmente, ao pisar em solo brasileiro, estavam sob a proteção de tratados internacionais, da Constituição, da súmula 11 do STF [Supremo Tribunal Federal], e da portaria do MJ sobre uso progressivo da força, que também tem artigo sobre algemas", declarou.

A súmula 11 do STF é a que descreve a jurisprudência sobre o uso de algemas no Brasil.

Ricardo Lewandowski acompanhou, assim como o Ministério das Relações Exteriores e a Polícia Federal, a chegada de 88 brasileiros que foram deportados pelo governo de Donald Trump.

Os brasileiros, junto com mais 70 pessoas de outras nacionalidades, vieram algemados e acorrentados no voo que pousou em Manaus (AM). O avião seguiria até Belo Horizonte, mas o governo brasileiro utilizou aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) e libertou as pessoas que estavam algemadas.

Ricardo Lewandowski, que foi ministro do Supremo, informou o presidente Lula do "flagrante desrespeito aos direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros".

Seis anos após desastre da Vale, MG ainda possui 46 barragens em risco

Tragédia de Brumadinho não serviu de exemplo e Minas contabiliza 43 barragens em nível de alerta ou de emergência, causando insegurança na população

Em 25 de janeiro de 2019 aconteceu em Brumadinho (MG) uma das maiores tragédias no país. Um crime que deixou 270 mortos, destruição ambiental e milhares de desabrigados. Até o momento os responsáveis seguem impunes.

Não só a impunidade deixa a população indignada. Seis anos após o desastre, o estado de Minas Gerais contabiliza ainda 43 barragens em nível de alerta ou de emergência, causando insegurança constante na população que vive próximo aos locais de risco.

Só em Minas Gerais estão localizadas 42% das 102 estruturas nessa situação. No total, são 15 barragens em situação de alerta, ou seja, quando é detectada alguma anomalia que não gera risco imediato à segurança, mas que deve ser controlada e monitorada; e 28 em níveis de emergência: 22 em nível de emergência 1, quando a barragem está com categoria de risco alta; 4 em nível de emergência 2, quando a barragem tem uma anomalia não controlada; 2 em nível de emergência 3, quando a ruptura é inevitável ou está ocorrendo, entre outros critérios.

De acordo com informações do G1, as duas barragens em situação de maior gravidade são Forquilha III, da Vale, na cidade de Ouro Preto, e Serra Azul, da ArcelorMittal, no município de Itatiaiuçu, na Grande BH. A primeira armazena 19,4 milhões de m³ de rejeitos de mineração. A segunda, 5,02 milhões.

Ambas foram construídas pelo mesmo método (a montante) que as barragens rompidas em Brumadinho e Mariana, que também foi vítima de rompimento, deixando 19 mortos. Nesse tipo de estrutura, os alteamentos em forma de degraus são feitos com o próprio rejeito depositado. A barragem da Vale que se rompeu no dia 25 de janeiro de 2019, em Brumadinho, despejou 12 milhões de m³ de rejeito em instalações da empresa, comunidades e no Rio Paraopeba.

“Barragens e pilhas de rejeito, atualmente, são a nossa maior preocupação, especial-

mente as barragens que estão em algum nível de alerta ou de risco, mas também as que não estão, por causa das chuvas extremas. A maioria dessas estruturas não tem o dimensionamento adequado para suportar essas chuvas intensas que a mudança climática vem trazendo”, afirmou o especialista em conflitos ambientais da mineração e professor do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), Daniel Neri.

Depois das tragédias em municípios mineiros, a construção e o alteamento de barragens de mineração a montante foram proibidos no Brasil. A lei federal 14.066, de 2020, estabeleceu 25 de fevereiro de 2022 como data final para a descaracterização de estruturas desse tipo. No entanto, esse prazo não foi cumprido.

Segundo o Ministério Público mineiro, 19 deixaram de exercer a função de barragem. O processo de outras 35 ainda está em andamento, inclusive das duas em situação de maior emergência – o da Forquilha III só deve ser concluído em 2035, e o da Serra Azul, em 2032.

Há dois anos, em janeiro de 2023, Vale, a consultora Tiv Süd e 16 pessoas se tornaram réus no processo que corre na Justiça Federal sobre o rompimento da barragem em Brumadinho. Segundo as investigações, apesar de ter conhecimento dos problemas da barragem, a consultora Tiv Süd emitiu declarações de condição de estabilidade da estrutura, com fator de segurança abaixo do recomendado por padrões internacionais. A mineradora teria ciência da situação e apresentado os documentos às autoridades.

Todas as pessoas físicas foram denunciadas por homicídio qualificado (270 vezes), crimes contra a fauna e flora e crime de poluição. Já Vale e Tiv Süd, por crimes contra a fauna e flora e poluição. Em março de 2024, a ação criminal contra um dos denunciados, o ex-presidente da Vale, Fábio Schwartsman, foi trancada, e ele deixou de ser réu no caso. O p processo segue agora com 17 alvos – 15 pessoas físicas e as duas empresas.

Seis anos de impunidade após crime de Brumadinho

“A gente tem muita dificuldade de entender por que, até hoje, se fala tanto que é um processo muito complexo”, critica Maria Regina da Silva, integrante da Associação de Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão (Avabrum). “Eles mataram! E se eles mataram, eles têm que ser julgados e condenados”, defende Maria Regina, que perdeu a filha Priscilla Ellen Silva durante a tragédia.

Para as famílias, a reparação depende da punição dos responsáveis, que sabiam do risco de rompimento. Sem a aplicação da lei penal, não haverá a mudança de comportamento esperada, argumentam. Danilo Chammas, jurista, advogado da Avabrum e presidente do Instituto Cordilheira, também corrobora a tese das famílias. “Existem provas contundentes de que algumas pessoas tinham conhecimento sobre a situação de risco da barragem”, mas tomaram, “conscientemente, a decisão de ocultar essa informação dos órgãos públicos”, diz. Também, “dos próprios trabalhadores da mina, dos moradores do entorno e da sociedade em geral”, sustenta.

A decisão de federalizar as ações, no início de 2023, foi para atender ao pedido da defesa de alguns réus. Eles alegavam a existência de sítios arqueológicos na área atingida, o que não foi provado, mesmo assim a ação foi transferida. Após anos de atraso, que levaram os atos processuais a serem feitos, a ação está prestes a concluir as respostas à acusação.

“Nessa disputa de opiniões e de teses jurídicas, passaram-se três longos anos”, lembra o advogado da Avabrum. “Ao final, continua Danilo, “quem ganhou com isso foram os réus e quem

perdeu foram todos aqueles interessados na realização da justiça”. Com isso, “o processo teve que ser retomado do início e diversos atos processuais tiveram que ser refeitos”, explica o jurista.

A expectativa das famílias representadas pela entidade é que, ainda em 2025 sejam realizadas audiências para que os depoimentos dos envolvidos sejam retomados. No entanto, temem que o processo não se sustente ou volte às fases anteriores.

Para elas, é fundamental que a acusação de homicídio doloso (quando há intenção de matar ou quando se assume o risco de causar a morte), seja mantida no decorrer da ação. A preocupação é que, caso essa tipificação seja retirada, o processo do Tribunal do Júri possa arbrandar as penas esperadas. Outra importante reivindicação é que os familiares participem do julgamento, segundo o advogado.

O imbróglio por parte das autoridades judiciais produziu no ano passado, pelo Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), um habeas corpus em favor do ex-presidente da mineradora Vale Fábio Schwartsman. A decisão excluiu da lista de réus no processo o nome do executivo.

A defesa das famílias disse que vem atuando para impedir que medidas como essa não se repliquem e para também reverter a decisão. “Seguiremos atentos para que mais nenhum réu seja presenteado com o benefício de se livrar prematuramente do processo”, declarou Danilo Chammas ao Brasil de Fato. “No caso de Fábio Schwartsman, trabalhamos para que a decisão do TRF 6, que não é definitiva, seja revertida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ)”, completou o advogado da Avabrum.



Ninguém foi responsabilizado criminalmente pelo desastre anunciado, que resultou na morte de 270 pessoas e na devastação do ecossistema



O ex-deputado federal Rubens Paiva entre sua mulher, Eunice Paiva, e sua mãe e os seus cinco filhos. Rubens Paiva desapareceu em 1971

Cartório corrige certidão de óbito de Rubens Paiva e o reconhece como vítima da ditadura

Na última quinta-feira (24), o Cartório de Registro Civil da Sé, em São Paulo, corrigiu a certidão de óbito do ex-deputado federal Rubens Paiva, desaparecido em 1971 durante o regime militar. Agora, consta, na nova versão, que a morte foi “violenta” e “causada pelo Estado brasileiro”. A mudança atende a uma determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) do mês de dezembro. Rubens Paiva foi preso, torturado e morto por agentes da ditadura e seu corpo nunca foi encontrado.

“Procedo a retificação para constar como causa da morte de Rubens Beyrodt Paiva o seguinte: não natural; violenta; causada pelo Estado brasileiro no contexto da perseguição sistemática à população identificada como dissidente política do regime ditatorial instaurado em 1964”, diz no novo documento.

A versão anterior da

certidão, emitida em 1996 após esforços de Eunice Paiva, viúva do ex-deputado, registrava apenas o desaparecimento de Rubens Paiva. A retificação faz parte de uma medida mais ampla do CNJ para corrigir e emitir documentos de pessoas mortas e desaparecidas políticas durante os “anos de chumbo”.

De acordo com o CNJ, atualmente, há 202 casos de retificação de certidões de óbito e 232 novos registros a serem produzidos. O conselho diz que a medida busca garantir o direito à memória e à verdade, reconhecendo oficialmente a responsabilidade do Estado em episódios de violação política do período.

Dentre as vítimas da ditadura que tiveram a certidão retificada, está o dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Carlos Danielli, assassinado no DOI-Codi paulista, aos 43 anos, em 30 de dezembro de 1972, depois de quatro dias de torturas, comandadas pes-

soalmente pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. A falsa certidão de óbito da ditadura afirma que Danielli morreu de “anemia aguda traumática”, após “tiroteio” com agentes da repressão.

AINDA ESTOU AQUI

A história de Rubens Paiva é retratada no filme “Ainda Estou Aqui”, dirigido por Walter Salles, que foi indicado a três categorias do Oscar, além de diversas outras premiações internacionais e recorde de público no Brasil pós-pandemia, com mais de 3,6 milhões de espectadores. O longa é uma adaptação do livro de mesmo nome de Marcelo Rubens Paiva, filho do ex-deputado, e conta o assassinato do pai e a transformação na vida da mãe, Eunice, que se formou advogada e tornou-se uma das principais ativistas de direitos humanos do país.

“Ainda Estou Aqui” recebe três indicações ao Oscar: melhor filme internacional, melhor filme e melhor atriz

O filme brasileiro “Ainda Estou Aqui” foi indicado em três categorias do Oscar, o principal prêmio do cinema dos Estados Unidos. Pela primeira vez na história, o Brasil recebeu uma indicação na categoria de Melhor Filme.

O anúncio foi feito na manhã desta quinta-feira (23). O longa-metragem também concorrerá nas categorias de Melhor Filme Internacional e Melhor Atriz com Fernanda Torres.

A brasileira concorre com Mikey Madison (“Anora”), Demi Moore (“A substância”), Karla Sofia Gascón (“Emilia Pérez”) e Cynthia Erivo (“Wicked”).

Fernanda Torres já levou o Globo de Ouro de Melhor Atriz de Drama e foi amplamente elogiada pela crítica internacional no longa-metragem de Walter Salles. O longa se baseia no livro de memórias de Marcelo Rubens Paiva para contar a história da mãe do escritor, Eunice Paiva.

Na segunda-feira (20), o filme recebeu o prêmio APCA de melhor filme, assim como Fernanda, a de melhor atriz.

Ela concorre na categoria 26 anos após indicação de sua mãe, Fernanda Montenegro, por “Central do Brasil” (1998), também dirigido por Walter Salles. Foi a última vez em que o Brasil apareceu nas categorias de atuação.

O Oscar 2025 acontece em 2 de março em Los Angeles.



Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), denunciou a ação, que “coloca vidas em risco”

Em meio ao recesso do STF, Mendonça suspende homologação de Terra Indígena em Santa Catarina

André Mendonça, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu na segunda-feira (20), o decreto de homologação da Terra Indígena (TI) Toldo Imbu, localizada no município de Abelardo. A decisão impacta diretamente o Decreto 12.289, de dezembro de 2024, que garantiu a demarcação. A medida cautelar atendeu a um pedido do governo de Santa Catarina e de outros interessados.

Mendonça, que se aproveitou da demora na votação em definitivo do Marco Temporal, disse que a sentença visa “proteger a segurança jurídica”. “Sem prejuízo dos direitos territoriais dos povos indígenas, sabe-se que a medida visa proteger a segurança jurídica, evitando consolidar decisões judiciais que, após eventual definição em sentido diverso pelo Plenário da Corte, se revelem irreversíveis ou de difícil reversão”.

“O perigo na demora”, continua o ministro, “é configurado pela homologação administrativa da demarcação”, que “poderia comprometer a segurança jurídica e os direitos territoriais indígenas em discussão”.

Indignada, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), denunciou a ação, que “coloca vidas em risco”. “Em pleno recesso do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro André Mendonça revogou a demarcação da Terra Indígena Toldo Imbu, no município de Abelardo Luz, em Santa Catarina”, publicou a Apib em seu Instagram. “Ministro, sua decisão coloca vidas em risco! Sua decisão afeta centenas de vidas Kaingang! Sua decisão ameaça o futuro!”, continuou.

A homologação da TI, uma das etapas finais do processo de demarcação, foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 4 de dezembro de 2024. Na data, Lula da Silva assinou os decretos de demarcação de três terras indígenas (TIs): a TI Potiguara de Monte-Mor, na Paraíba; e, em Santa Catarina, as TIs Morro dos Cavalos e Toldo Imbu, agora revogada.

Além de solicitar a revogação dos processos, o estado de Santa Catarina pediu para participar do caso como interessado amicus curiae, afirmando ser “indiscutível o interesse do estado nas ações que tenham por objeto a redefinição da ocupação de extensões de terra em seu território, tanto nos aspectos sociais como na segurança envolvidos”.

Os envolvidos alegam que a homologação da TI contrariava a jurisprudência vigente e poderia consolidar efeitos jurídicos irreversíveis antes do julgamento em definitivo do Marco Temporal. Com a suspensão do processo, a disputa pela Terra Indígena Toldo Imbu permanece indefinida.

“O ministro usa como motivo para a suspensão liminar, os embargos que constam no processo do Marco Temporal que transcorre no STF”, explica a entidade indígena. “O processo é conhecido como RE do Povo Xokleng, trata do Marco Temporal e tem repercussão geral. Em setembro de 2023, o Supremo já tinha declarado a tese como inconstitucional”, completou.

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu prorrogar para 28 de fevereiro de 2025 o encerramento das reuniões do grupo de conciliação, criado por ele, para discutir a tese ruralista do marco temporal. As atividades da comissão, que tiveram início em 5 de agosto, estavam programadas para se encerrar em 18 de dezembro último.

Desde sua criação, esse fórum tem sido alvo de críticas por parte do movimento indígena. Em 28 de agosto, a Apib decidiu se retirar do espaço de discussão. “Farsa, um ataque à vida dos povos indígenas e um processo que tenta negociar direitos que são, por sua natureza, inegociáveis”, denunciou a entidade na ocasião.

Para Andes, “valorização de professor requer investimento em formação, carreira e salário”

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes – Sindicato Nacional) avaliou que o Programa Mais Professores para o Brasil, lançado no último dia 14 pelo presidente Lula e pelo ministro da Educação, Camilo Santana, é insuficiente para promover a valorização da carreira necessária para o setor educacional do país.

Conforme o programa anunciado, estudantes do ensino médio com nota acima de 650 no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) que se matriculam em cursos presenciais de licenciatura vão receber uma bolsa de R\$ 1.050 mensais durante o período regular do curso. De acordo com o governo, o intuito é “promover a valorização e a qualificação dos professores da educação básica, assim como incentivar a docência no país”.

Para o Sindicato Nacional dos Docentes, o programa não promove uma “mudança estrutural” nas carreiras e são meros “paliativos”. A entidade cita questões como “melhoria nos salários, nas condições de ensino e aprendizagem, nos planos de carreira e na infraestrutura das escolas”, que não constam no programa do governo.

“A valorização dos(as) professores(as) requer investimento na formação inicial e continuada, na carreira, no salário, nas condições de trabalho. As ações do Programa Mais Professores para o Brasil não incidem sobre aspectos e nem constituem políticas permanentes que visem valorizar o exercício da docência. Portanto, não podemos comemorar ações que são meros paliativos para problemas que tem natureza histórica”, afirma a nota.

Segundo a entidade, uma política real de valorização docente “consiste, em primeiro lugar, no pagamento do Piso Nacional do Magistério, no ingresso por concurso público, na formação inicial e continuada na carreira, no salário e nas condições de trabalho”.

E denuncia que, no entanto, as ações que constituem o programa não visam à valorização desses aspectos, “pois têm caráter provisório e atacam superficialmente o problema da desvalorização e cria mecanismos de implementação de políticas de esvaziamento do trabalho docente e perda da sua autonomia”.

“O verdadeiro incentivo (aos) jovens para seguir uma carreira se dá pela melhoria desta carreira e não apenas com medidas paliativas”, diz a nota.

Citando um dos pontos do programa governamental, a Bolsa Mais Professores, que visa fomentar a atuação de professoras(es) em região com maior carência docente, a entidade afirma que ela “não ataca o problema de fundo”. “A carência em determinadas regiões seria resolvida com maior investimento público nas condições de infraestrutura das escolas e na melhoria das condições de permanência, que envolve habitação, transporte, saúde, lazer e segurança”, diz o Andes.

Além disso, afirma, “seria necessário investir numa política de formação docente nessas regiões para formar um quadro de pessoal para exercer as funções docentes”.

Segundo a nota, outro aspecto que chama atenção é o eixo denominado “valorização dos professores”, mas que, na verdade, “se limita a benefícios, como concessão de cartões sem anuidade, descontos em passagens e hotéis pelo Brasil, que poderão incentivar professoras(es) a uma situação de consumo que não corresponde, de fato, às condições salariais, uma vez que o Programa não incide sobre a melhoria do salário”.

“Conceder descontos para docentes em serviços e produtos não tem nenhuma relação com valorização da profissão e reconhecimento social. Tais ações mais parecem estratégias de marketing para captura de clientes do capital financeiro para, por exemplo, fidelização de contas, com brindes e premiação! O MEC está cada vez mais distante de enfrentar os problemas reais do sistema educacional”, diz a nota da entidade.

“É preciso lembrar que as(os) professoras(es) no Brasil, nos últimos anos, foram vítimas de todo tipo de perseguição e submetidas(os), inclusive, a situações de violência. Seria necessária uma ampla campanha de conscientização sobre o papel social que professoras(es) cumprem na formação da sociedade e de todas as profissões”, afirma a entidade.

Brasileiros relatam agressões de agentes norte-americanos em voo



Em Manaus, brasileiros relataram agressões e ameaças durante voo dos EUA



“BNDES está financiando privatizações no setor do saneamento”, denunciam entidades

O uso do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) como financiador da privatização do saneamento básico está causando indignação e revolta entre os trabalhadores do setor e entidades como a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), o Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (Ondas) e sindicatos estaduais de trabalhadores em saneamento de todo o país.

Em uma completa inversão de seu papel, o BNDES, que teria como finalidade promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil, tem mobilizado recursos públicos para financiar concessões, parcerias público-privadas, alienação do controle estatal e a aquisição de debêntures (títulos de crédito) de empresas privadas, como denunciam as entidades.

No dia 12 de dezembro, representantes dessas entidades estiveram na sede do banco, no Rio de Janeiro, para expressar o repúdio à atuação do órgão em financiar a entrega de empresas públicas para a iniciativa privada.

Conforme colocaram na mesa os representantes das entidades na reunião com a superintendente de Estruturação de Projetos do BNDES, Luciane Machado, o banco está incentivando “a formação de um oligopólio privado, concentrando serviços essenciais nas mãos de poucas empresas”.

As entidades e trabalhadores questionaram o porquê da instituição, “ao invés de cumprir sua função social e financiar a reestruturação das empresas públicas,

ter se transformado em um instrumento para ampliar a privatização no setor de saneamento, o que é inaceitável”.

Segundo os representantes dos urbanitários, apesar do BNDES carregar em seu nome o compromisso com o “desenvolvimento social”, ele tem se distanciado dessa missão, deixando de ser um banco social para se tornar um facilitador da privatização do patrimônio público.

“O banco tem ignorado alternativas para fortalecer o setor público e, ao contrário, atua como peça-chave na execução de uma política neoliberal que compromete o acesso universal à água e ao esgoto”, afirmou Pedro Damásio, presidente da FNU.

Ele denunciou ainda que o banco, enquanto facilita a privatização, dificulta o acesso das empresas públicas a financiamentos devido a restrições impostas por resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), o que inviabiliza sua reestruturação.

Segundo as entidades, essas limitações “foram fruto de decisões políticas tomadas desde o governo Michel Temer, aprofundadas por Jair Bolsonaro e, lamentavelmente, mantidas no governo Lula”.

“Estamos vendo o governo federal referendar uma política que entrega o patrimônio público brasileiro, com o BNDES como instrumento de privatização”, enfatizou Fábio Giori, secretário de saneamento da FNU.

Entre os casos apontados está a privatização da Copasa (MG) e a PPP que prevê a entrega dos serviços de água

e esgoto nos vales do Jequitinhonha e Mucuri, em Minas Gerais. Para Eduardo Pereira, presidente do Sindiágua-MG, “há alternativas concretas para fortalecer as empresas públicas, mas a escolha política tem sido pela privatização, em detrimento da qualidade dos serviços e da garantia de acesso para todos”.

De acordo com as entidades, o processo de privatização do saneamento básico, além de entregar serviços essenciais à iniciativa privada, ameaça a universalização do acesso à água e ao esgoto, como prevê o marco regulatório do setor. “Estudos apresentados pelos dirigentes sindicais reforçam que a privatização não traz benefícios diretos à população e que a reestruturação financeira e administrativa das companhias públicas é o caminho mais eficiente e justo”, afirmam.

Ao final da reunião, os dirigentes das entidades propuseram que o BNDES, como um agente político e econômico de relevância, lidere discussões para identificar as barreiras que dificultam o financiamento público no setor de saneamento. “É muito fácil para o banco lavar as mãos e culpar o Congresso ou o Conselho Monetário Nacional pelas limitações existentes. Propusemos que o BNDES tome a iniciativa de realizar seminários, audiências e plenárias para debater onde estão as amarras para o financiamento público e como podemos desburocratizar o acesso das empresas públicas aos recursos do banco”, disse Lucas Tonaco, dirigente do Sindiágua-MG e da FNU.

Ministério da Justiça repudiou o “flagrante desrespeito aos direitos dos brasileiros”

Os brasileiros deportados dos EUA, que chegaram ao Brasil na madrugada de sábado, relataram que foram agredidos e humilhados por agentes norte-americanos durante o voo.

O avião com os brasileiros pousou em Manaus, com falhas técnicas no ar-condicionado, e imagens de passageiros acorrentados nas mãos e nos pés causou indignação. O governo brasileiro considerou um “flagrante desrespeito” aos direitos dos brasileiros, informou o Ministério da Justiça.

Os relatos de agressões durante o voo foram feitos por vários passageiros. Vitor Gustavo da Silva, 21, declarou que “eles bateram na gente porque a gente tava com calor e a gente não queria ficar preso no avião mais”.

“Nós que nos rebelamos contra eles, porque eles iriam nos matar. O avião parou três vezes, lá em Luisiana, no Panamá e Manaus. Nós que paramos o avião, senão ia cair tudo”, afirmou

Carlos Vinícius Jesus, 29, à imprensa em Confinis.

“Foi um inferno, uma tortura. Desde que a gente saiu de Luisiana, deu para perceber que o avião estava com algum problema. Mesmo assim, eles forçaram. Acho que foi uma falta de compromisso deles”, declarou Sandra Souza, 36.

Sandra, o marido Alisdete Gonçalves dos Santos, de 49, e seus dois filhos pequenos estavam entre os deportados. Conforme relatou, eles foram informados de que iriam para uma reunião com a imigração, mas não retornaram mais, levando apenas os pertences que tinham em mãos, sem nem conseguir pegar uma mala para o filho.

O Itamaraty informou que irá apresentar queixa ao governo Trump. A ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo também se manifestou. “A gente tinha numa mesma aeronave famílias, crianças, crianças com autismo, com algum tipo de deficiência, que passaram por situações muito graves”, afirmou.



Vereador defende fim da escala 6x1 para funcionários municipais de Araraquara

O vereador Guilherme Bianco (PCdoB) protocolou nesta terça-feira (22) na Câmara Municipal de Araraquara um projeto de lei que proíbe, nos contratos firmados pelo Poder Público Municipal para o fornecimento de mão-de-obra e serviços, a execução da escala 6x1 pelos trabalhadores das empresas envolvidas.

O projeto de lei estipula que a jornada de trabalho desses trabalhadores não poderá ultrapassar 40 horas semanais, com a obrigatoriedade de dois dias de repouso remunerado, sendo pelo menos um deles durante o final de semana. Além disso, a legislação veda expressamente a redução salarial dos empregados vinculados a esses contratos.

De acordo com o texto apresentado, “os instrumentos de chamamento público dos processos licitatórios deverão conter a exigência de que a execução do objeto se dê por trabalhadores com jornada de até 40 horas semanais, assegurados dois dias de repouso semanal remunerado”. O documento também prevê que as empresas contratadas deverão incluir cláusulas que obriguem o contratado a apresentar “acordo coletivo de trabalho, convenção coletiva de trabalho ou norma interna em que esteja prevista a jornada de trabalho reduzida”.

Além disso, os relatórios apresentados pelas empresas deverão garantir “a conformidade com a especificação da jornada de cada empregado, com dados anonimizados”, fortalecendo a fiscalização e o cumprimento das normas.

O vereador argumen-

ta que a escala 6x1 é prejudicial à saúde física e mental dos trabalhadores, causando exaustão e dificultando a conciliação entre vida profissional e pessoal. “Essa escala, além de exploratória, reflete em uma rotina exaustiva, culminando no esgotamento e adoecimento dos trabalhadores”, explica o parlamentar no documento.

Bianco também ressalta os benefícios para a produtividade no ambiente de trabalho com a adoção de jornadas mais equilibradas. Citando estudos, ele aponta que empresas que optaram pela redução de jornadas relataram aumento na colaboração entre colegas, melhorias na saúde dos funcionários e até ganhos financeiros.

A proposta, fundamentada na responsabilidade social, visa melhorar o ambiente de trabalho e promover uma maior qualidade de vida para os trabalhadores araraquarenses. “Com essa medida, pretendemos transformar a rotina dos trabalhadores e trazer mais equilíbrio entre a vida pessoal e o trabalho, além de combater regimes abusivos e desumanos”, destacou.

PRÓXIMOS PASSOS

O projeto aguarda agora a análise das comissões da Câmara Municipal e, se aprovado, terá um prazo de 120 dias para entrar em vigor após a publicação. Caso se torne lei, a medida será aplicada apenas aos novos contratos firmados pelo Poder Público Municipal, sem afetar acordos vigentes.

Sindicatos acionam Justiça do Trabalho contra demissão em massa na Corsan privatizada

O Sindiágua/RS, o Sindicato dos Engenheiros (Senge) e o Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do RS (Sintec) entraram com uma ação judicial no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) solicitando a suspensão das demissões na Corsan, ocorridas depois do processo de privatização da empresa.

A medida foi tomada pelas entidades após a audiência no TRT para abertura de negociação com a Companhia Rio-grandense de Saneamento Corsan/Aegea ter terminado sem sucesso para os trabalhadores.

Na audiência, as entidades apelaram para que a empresa reavaliasse a decisão de demitir 250 trabalhadores, que estava agendada para ocorrer no dia 23. Com a negativa de diálogo da empresa, as entidades resolveram pela ação pedindo a suspensão das demissões.

Os trabalhadores da Corsan estão enfrentando uma onda de demissões após o encerramento do prazo de estabilidade

de 18 meses depois que a empresa de saneamento foi privatizada, em 2022, e vendida para a Aegea. “Mesmo que a Corsan tenha fechado as portas, vamos continuar lutando para reduzir o impacto social dessa demissão massiva de trabalhadores, seja com a suspensão da medida ou com a ampliação de benefícios para os que saem”, afirmou o presidente do SINDIÁGUA, Arilson Wünsch.

“Esse é um momento difícil para muitas famílias, vamos lutar para tentar minimizar o máximo o impacto dessa situação”, completou.

A Corsan confirma ter iniciado o que chama de “redefinição do quadro de colaboradores” como medida estratégica que integra o processo de adequação à gestão privada “e de melhoria contínua do serviço à população”. A empresa afirma que a demissão de servidores antigos não significa redução de equipes, “mas uma renovação planejada”.



O papel social da arte progressista (2)

Continuação da edição anterior

Por mais bela que seja a forma externa das obras dos escritores burgueses atuais da Europa Ocidental ou da América, dos empresários cinematográficos ou dramáticos, eles não saberão salvar ou reerguer sua cultura burguesa, pois que esta está a serviço da propriedade privada capitalista, a serviço de interesses egoístas, de uma sociedade privilegiada burguesa

ANDRÉI ZHDANOV

A atitude não-crítica a respeito do trabalho, a substituição de uma atitude de princípio para com os escritores por uma atitude de camaradagem também está muito disseminada na direção da União

dos Escritores Soviéticos. A direção da União, e particularmente seu presidente, o camarada Tikhonov, são responsáveis pelos erros descobertos nas revistas *Zvezda* e *Leningrado*, responsáveis não só pelo fato de não terem impedido a infiltração na literatura soviética da influência nociva de Zostchenko, Akhmatova e outros escritores não-soviéticos, como também por terem estimulado a infiltração em nossas revistas de tendências e costumes estranhos à literatura soviética.

O sistema de irresponsabilidade que se instalou na direção das revistas e, particularmente, na redação das revistas de *Leningrado*, onde não se sabia quem era o responsável pela revista, e pelos seus diferentes setores, onde não se observava nem a ordem mais elementar, esse sistema também influiu para as deficiências das duas revistas.

É indispensável consertar essa situação. Eis porque o Comitê Central em sua resolução designou um redator-chefe do *Zvezda* responsável por suas tendências e pelas altas qualidades ideológicas e artísticas das obras nela publicadas.

A desordem e a anarquia são inadmissíveis nas revistas, como em qualquer outra empresa. É necessária uma responsabilidade precisa para dirigir uma revista e cuidar do material literário por ela publicado.

Deveis restaurar as grandes tradições da literatura e da frente ideológica de *Leningrado*. É triste e penoso que as revistas de *Leningrado*, que sempre foram mananciais de ideias progressistas, de uma cultura progressista, tenham-se tornado o refúgio da indiferença e da vulgaridade. É preciso restabelecer a honra de *Leningrado*, como centro progressista, ideológico e cultural. É preciso recordar que *Leningrado* foi o berço das organizações bolcheviques de Lenin. Foi em *Leningrado* que Lenin e Stalin apresentaram os princípios do Partido Bolchevique, os princípios da doutrina e da cultura bolcheviques.

É uma questão de honra para os escritores de *Leningrado*, para suas atividades partidárias, restaurar e desenvolver essas gloriosas tradições de *Leningrado*. A tarefa dos trabalhadores da frente ideológica, acima de tudo os escritores, consiste em eliminar da literatura de *Leningrado* o apoliticismo e a vulgaridade, a elevar bem alto o estandarte da literatura soviética progressista, a aproveitar todas as possibilidades de elevar seu nível ideológico e artístico, e não ficar para trás dos temas da atualidade, das necessidades do povo, a desenvolver, por todos os meios, uma crítica ousada das deficiências, não uma crítica servil, nem de grupo, nem de confraria, mas uma verdadeira crítica audaciosa



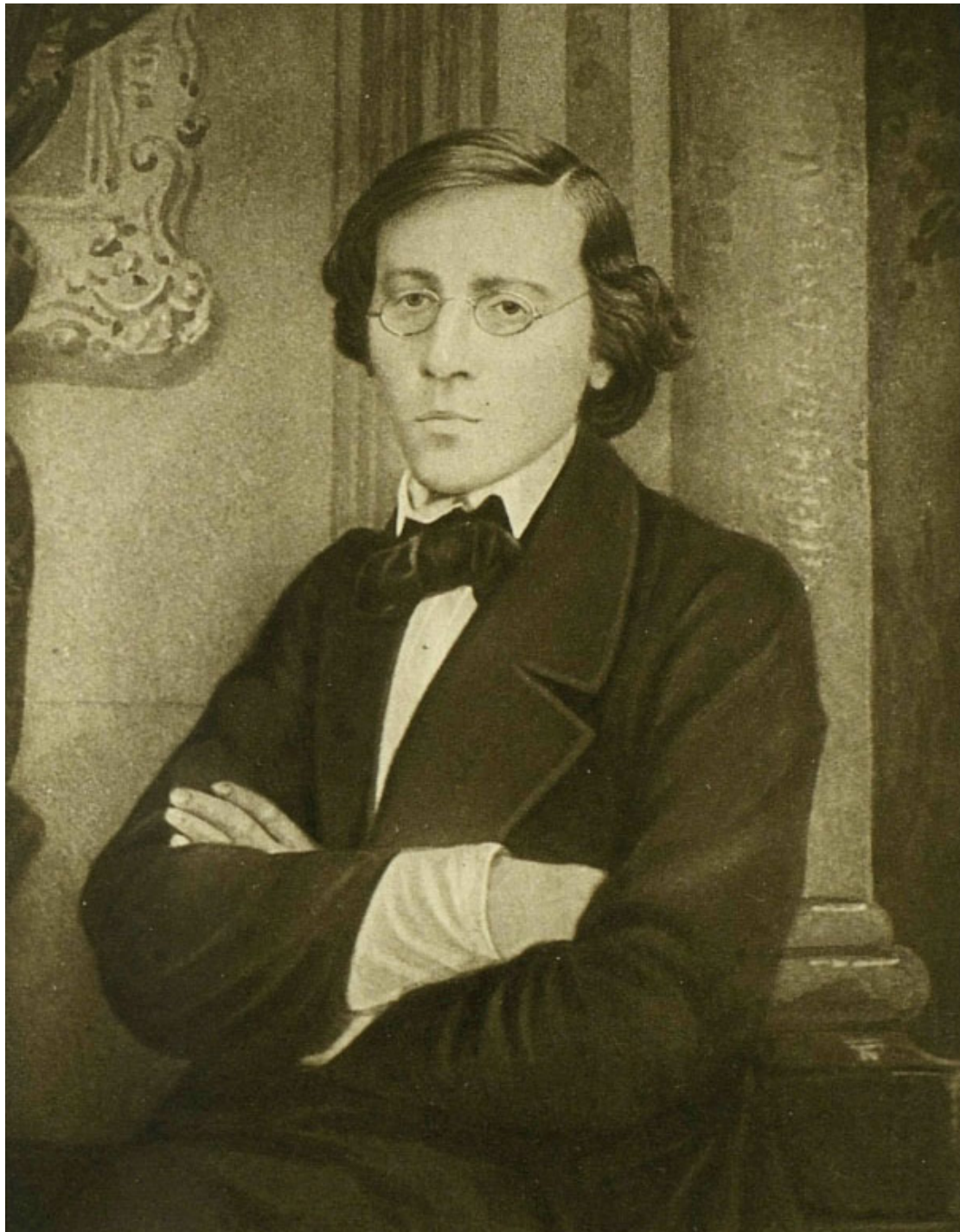
e independente, ideológica e bolchevique.

Camaradas, vedes claramente agora o erro grosseiro que o Comitê do Partido em *Leningrado* admitiu, e particularmente sua seção e seu Secretário de Propaganda, o camarada Chirokov, que havia sido colocado à frente do trabalho ideológico e que é o primeiro responsável pela má direção das revistas. O comitê de *Leningrado* cometeu um grande erro político adotando, em fins do mês de julho, uma decisão relativa à nova equipe de redação do *Zvezda*, nela incluindo Zostchenko. Só uma cegueira política pode explicar que o secretário do Comitê de *Leningrado*, Kapustin, e o secretário de propaganda do Comitê de *Leningrado*, Chirokov, tenham tomado uma decisão tão errônea. Repito, todos esses erros devem ser emendados o mais rapidamente e o mais categoricamente possível, a fim de que *Leningrado* retome seu lugar na vida ideológica de nosso Partido.

TAREFAS DO ESCRITOR SOVIÉTICO

Todos nós amamos *Leningrado*, todos nós amamos nossa organização do Partido em *Leningrado*, como uma das unidades de vanguarda de nosso Partido. *Leningrado* não deve ser o refúgio dos diversos canalhas literários que querem explorá-la no seu próprio interesse. Zostchenko, Akhmatova e tutti quanti não amam a *Leningrado* soviética. Veem nela o símbolo de outras instituições social-políticas e de uma outra ideologia. A antiga São Petersburgo, o Cavaleiro de Bronze, que a encarna aos seus olhos, eis as visões que lhes encham os olhos. Mas nós amamos a *Leningrado* soviética, a *Leningrado* centro progressista da literatura soviética. A célebre coorte dos grandes revolucionários democratas, provenientes de *Leningrado*, são nossos antepassados diretos, a cuja árvore genealógica pertencemos. As grandes tradições da *Leningrado* de hoje continuam essas grandes tradições revolucionárias e democráticas que não trocaremos contra nada neste mundo. Que os ativistas de *Leningrado* analisem seus erros com coragem, sem olhar para trás, sem se deterem, a fim de retirar melhor e mais rapidamente suas faltas, e de levar avante nossa obra ideológica. Os bolcheviques de *Leningrado* devem novamente ocupar seu lugar na vanguarda da ideologia soviética, da consciência social soviética.

Como pode acontecer que o Comitê do Partido em *Leningrado* tenha admitido um tal estado de coisas na frente ideológica? Provavelmente in-



O escritor russo Nikolai Gavrilovich Chernychevski

de seus povos a verdade pura, os resultados obtidos pelo regime e a cultura soviéticos, apesar de todas as suas tentativas de erguer uma cortina de ferro, através da qual a verdade sobre a União Soviética não possa penetrar, de diminuir a verdadeira envergadura da cultura soviética – todas essas tentativas estarão fadadas ao fracasso. Conhecemos muito bem a forma e a supremacia de nossa cultura. Basta lembrar os sucessos estupendos de nossas delegações culturais no estrangeiro, nossa parada de cultura física etc. Acaso cabe-nos, a nós, prosternar-nos servilmente diante do estrangeiro ou aquartelarmo-nos na defensiva?

Se o regime feudal, e em seguida a burguesia, conseguiram em seu período de florescimento criar uma arte e uma literatura para consagrar um novo regime e proclamar seu brilho, tanto melhor poderemos nós criar, graças ao novo regime socialista, que representa o que há de supremo e de melhor na história da civilização e da cultura humanas, a literatura mais progressista, que sobrepujará as melhores obras do passado.

Camaradas, que quer e exige o Comitê Central? Quer que os ativistas e escritores de *Leningrado* compreendam bem que chegou o momento em que é indispensável reerguer consideravelmente o nível de nosso trabalho ideológico. A jovem geração soviética deverá consolidar as forças e o poder do regime soviético socialista, explorando plenamente as forças motrizes da sociedade soviética, com vistas ao florescimento sem precedente de nosso bem-estar e de nossa cultura. Para este fim, a jovem geração deve ser educada, corajosamente, ardentemente, sem temer obstáculos, marchando ao encontro de todas as dificuldades e sabendo superá-las. Nossos homens devem ser instruídos, ter ideias elevadas, exigências e gostos culturais e morais desenvolvidos. Com esse objetivo, nossa literatura, nossas revistas, não devem manter-se afastadas dos problemas da atualidade, mas, ao contrário, devem ajudar o Partido e o povo a educar a juventude num espírito de fidelidade absoluta ao regime soviético, de abnegação aos interesses do povo.

Os escritores soviéticos e todos os nossos trabalhadores ideológicos ocupam na hora atual a primeira linha, pois que na conjuntura da paz, as tarefas da frente ideológica, e em primeiro lugar dos escritores, longe de se restringirem, intensificam-se. O povo, o Estado, o Partido, não querem que os escritores se afastem da realidade, que quem que a literatura esclareça todos os aspectos da vida soviética. Os bolcheviques apreciam grandemente a literatura, veem claramente sua missão histórica e seu papel na consolidação da unidade moral e política do povo, na sua fusão e sua educação. O Comitê Central quer que tenhamos uma abundante cultura espiritual, pois que vê nessa riqueza uma das principais tarefas do socialismo.

O Comitê Central está certo de que o setor literário de *Leningrado*, moral e politicamente sadio, saberá retificar rapidamente seus erros e ocupar o lugar que lhe cabe na literatura soviética.

Está certo de que as deficiências do trabalho dos escritores de *Leningrado* serão superadas e que o trabalho ideológico da organização do Partido nessa cidade elevar-se-á no mais breve prazo à altura atualmente necessária aos interesses do Partido, do povo e do Estado.

teressou-se pelo trabalho prático, corrente, de restauração da cidade, pelo seu progresso industrial e esqueceu-se do papel de seu trabalho ideológico, e este esquecimento custou caro à organização de *Leningrado*! Não se pode esquecer do trabalho ideológico! As riquezas espirituais de nossos cidadãos são tão importantes quanto suas riquezas materiais. Viver como cego, sem se preocupar com o dia de amanhã é tão nocivo quanto no domínio da ideologia quanto no da produção material. Nossos homens soviéticos cresceram de tal maneira que não “engolirão” qualquer produção espiritual que lhes queiram oferecer. Os trabalhadores da cultura e da arte que não se queiram reformar, não poderão satisfazer as exigências crescentes do povo, e perderão rapidamente sua confiança.

Camaradas, nossa literatura soviética vive, e deve viver, pelos interesses do povo e da pátria. A literatura diz respeito ao povo. Eis porque o povo considera cada sucesso vosso, cada uma das vossas obras de valor como vitórias suas. Eis porque se pode comparar cada obra vitoriosa com um combate ganho, ou com uma grande vitória na frente econômica. Pelo contrário, cada fracasso na literatura soviética é profundo e amargamente sentido pelo povo, pelo Partido, pelo Estado. É precisamente o que visa a resolução do Comitê Central, que se preocupa com os interesses do povo, com sua literatura, e que está extremamente inquieto com a situação dos escritores de *Leningrado*.

Se homens apolíticos querem privar o batalhão dos escritores soviéticos de *Leningrado* de seus fundamentos, solapar o aspecto ideológico de seus trabalhos, privar a arte de seus escritores de seu alcance social educativo, o Comitê Central espera que saberão encontrar em si próprios forças suficientes para resistir a todas as tentativas de arrastá-los e às suas revistas na corrente do apoliticismo, da indiferença e da covardia. Estais na vanguarda da frente ideológica; erguem-se diante de vós imensas tarefas de sinalização internacional; isto deve estimular o sentimento

de responsabilidade de todo escritor soviético para com seu povo, seu Estado, seu Partido, assim como a consciência da importância do dever cumprido.

Nossos sucessos desagradam ao mundo burguês, tanto em nosso país como na arena internacional. Depois da segunda guerra mundial consolidaram-se as posições socialistas. O socialismo está na ordem do dia em numerosos países da Europa, o que contraria os imperialistas de toda espécie. Eles temem o socialismo, temem nosso país socialista, que é o modelo para toda a humanidade progressista. Os imperialistas, seus êmulos ideológicos, seus escritores e seus jornalistas, seus políticos e seus diplomatas procuram por todos os meios caluniar nosso país, apresentá-lo sob uma falsa luz, caluniar o socialismo. Nessas condições a tarefa da literatura soviética consiste não só em devolver, golpe por golpe, toda essa odiosa calúnia e todo ataque contra nossa cultura soviética, contra o socialismo, mas ainda em fustigar e atacar corajosamente a cultura burguesa que está num estado de marasmo e corrupção.

Por mais bela que seja a forma externa das obras dos escritores burgueses atuais da Europa Ocidental ou da América, dos empresários cinematográficos ou dramáticos, eles não saberão salvar ou reerguer sua cultura burguesa, pois que esta está a serviço da propriedade privada capitalista, a serviço de interesses egoístas, de uma sociedade privilegiada burguesa. Toda multidão de escritores, de empresários burgueses, procura desviar a atenção das camadas progressistas da sociedade das questões candentes da luta política e social, e de orientá-la para uma literatura e uma arte apolíticas, repletas de gangsters, de figurantes das Variedades, da apologia do adultério e das façanhas de toda sorte de aventureiros e velhacos.

Por acaso nos convém, a nós, representantes da cultura soviética progressista, patriotas soviéticos, esse papel servil diante da cultura burguesa ou o papel de seus discípulos? É nossa literatura, refletindo

um regime mais evoluído que qualquer regime burguês-democrático, uma cultura muitas vezes superior a qualquer cultura burguesa, que tem direito de ensinar a outros uma nova moral humana. Onde encontrareis um povo e um país como os nossos? Onde encontrareis essas notáveis virtudes de homens de que deu prova nosso povo soviético na Grande Guerra Patriótica e de que dá prova diariamente em seu trabalho, tendo passado à restauração e ao desenvolvimento pacíficos da economia e da cultura? Cada dia que se passa vê elevar-se mais nosso povo. Não somos mais hoje o que fomos ontem, e amanhã não seremos mais o que somos hoje. Não somos mais os russos de antes de 1917 e a Rússia não é mais a mesma, como não o é nosso caráter. Mudamos, crescemos com essas gigantescas reformas que modificaram radicalmente o aspecto de nosso país. Mostrar essas grandes virtudes novas dos homens soviéticos, mostrar nosso povo, não somente como é hoje, mas como será amanhã, iluminar com um projetor o caminho que está à frente – tais são as tarefas do escritor soviético honesto. O escritor não pode ficar a reboque dos acontecimentos, deve marchar na vanguarda do povo, mostrando-lhe o caminho de seu desenvolvimento! Inspirando-se nos métodos do realismo socialista, estudando conscientemente nossa realidade, esforçando-se por penetrar mais profundamente na essência de nossa evolução, o escritor deve educar o povo e armá-lo ideologicamente. Apontando os melhores sentimentos e qualidades do homem soviético, revelando-lhe seu futuro, devemos ao mesmo tempo mostrar ao nosso povo aquilo que ele não deve ser, devemos fustigar as remanescentes do passado, as remanescentes que impedem o homem soviético de marchar para frente. Os escritores soviéticos devem ajudar o povo, o Estado, o Partido a educar nossa juventude corajosa e confiante em suas forças, sem temer quaisquer dificuldades.

Sejam quais forem os esforços dos políticos e dos escritores burgueses para esconder